

A “espantosa realidade” de uma nova Idade Média. A historiografia portuguesa foi durante décadas marcada por uma concepção dominante que associava a História aos ideais nacionalistas e conservadores da Ditadura do Estado Novo (1933-1974). O período medieval merecia uma especial atenção nessa modelação ideológica por ser considerado o das “origens da Nação”. A partir das décadas de 1960 e 1970 começaram a surgir sinais pontuais de renovação que procuravam incorporar os avanços metodológicos e conceptuais das melhores práticas da historiografia internacional. Mas foi com a revolução de 25 de Abril de 1974, com o fim da Ditadura e o estabelecimento das liberdades de pensamento, expressão, discussão, organização, investigação e publicação que se assistiu em Portugal a um enorme progresso quantitativo e qualitativo na investigação e na divulgação de uma “Nova Idade Média”.

PALAVRAS-CHAVE: História; Idade Média; historiografia; investigação; publicação.

The “astonishing reality” of a New Middle Ages. For decades, Portuguese historiography was marked by a dominant conception that associated History with the nationalist and conservative ideals of the Estado Novo dictatorship (1933-1974). The medieval period deserved special attention in this ideological manipulation, as it was considered to be the “origins of the Nation”. In the 1960s and 1970s occasional signs of renewal began to emerge that sought to incorporate the methodological and conceptual advances of the best practices in international historiography. But it was with the revolution of 25 April 1974, the end of the dictatorship and the establishment of freedoms of thought, expression, discussion, organisation, research and publication that Portugal saw enormous quantitative and qualitative progress in the research and dissemination of a “New Middle Ages”.

KEYWORDS: History, Middle Ages, historiography, research, edition.

## A “espantosa realidade” de uma nova Idade Média

A historiografia portuguesa – como, de resto, toda a investigação científica no país – conheceu um notável desenvolvimento a partir da segunda metade da década de 1970. No caso da Idade Média, alguns prenúncios de novidade já se vinham a fazer notar nos anos finais da Ditadura. Mas o que predominava até 1974 era uma concepção historiográfica oficial, promovida pelo Estado Novo, que conferia ao período medievo uma especial atenção.<sup>1</sup>

### UMA IDADE MÉDIA “OFICIAL”

Considerada a época da origem da nação, da “fundação da nacionalidade”, era na Idade Média que se situavam as “raízes” do país. Partindo deste pressuposto, explicava-se “como nasceu Portugal”, sendo mesmo apresentadas algumas datas que corresponderiam ao acto de emergência da nação. Assim, eram apontados os anos de 1128 (Batalha de São Mamede, de que Afonso Henriques saiu vencedor contra sua mãe, para governar o Condado Portucalense), 1140 (data a partir da qual o até aí Infante passou a intitular-se Rei de Portugal), 1143 (quando Afonso VII de Leão e Castela reconheceu a condição régia a Afonso Henriques), ou mesmo 1179 (com o reconhecimento “de direito” do reino e do rei português pelo Papa Alexandre III, através da bula *Manifestis Probatum*). Esta multiplicidade de datas poderia e deveria fazer reflectir sobre

1 O presente texto não é um catálogo nem pretende ser um inventário da produção historiográfica sobre a Idade Média portuguesa no século passado e na primeira década do actual. As obras e os autores citados são-no a título de exemplo, para referenciar ou fundamentar as afirmações e interpretações apresentadas, sem qualquer intuito de exaustividade. Salvo raras excepções, apenas são considerados livros e não artigos, conferências ou similares, em revistas ou colectâneas. Também não são contempladas as muitas edições de fontes históricas publicadas no período. Para uma visão mais completa, veja-se Mattoso (2011).

a inadequação de definir um ano ou mesmo um dia para o “nascimento” de uma nação, uma entidade de formação complexa e prolongada no tempo, resultado não de um “acto único”, mas de um processo longo e multifacetado, para o qual concorreram factores sociais, políticos, económicos, linguísticos, religiosos e também geográficos.

Mas a concepção essencialmente política, factual e descritiva desta historiografia oficial pretendia apresentar um momento fundador da nação portuguesa. A incorporação das versões da cronística régia do final da Idade Média e da Época Moderna como que dava corpo e legitimidade a tal visão, destacando o papel de D. Afonso Henriques, o rei *fundador*, e enaltecendo o protagonismo dos monarcas no alargamento do território através das vitórias na *Reconquista*. Mesmo quando a sua participação pessoal em batalhas então travadas fora mínima ou não se tivesse mesmo verificado, como foi o caso de Afonso II, cuja condição de saúde não lho terá permitido.

Em geral, não se assinalavam os conflitos sociais nem as lutas de interesses; apenas se descreviam as rivalidades e os choques pessoais. Mesmo as conjunturas em que se detectavam posições mais extremadas, por vezes de aberta guerra civil, eram descritas como crises dinásticas ou, quando muito, como “crises nacionais”, como acontecia com a conjuntura de 1383-1385. O modelo construído era o de um reino coeso, com uma monarquia forte, mas consensual, em harmonia com a Igreja, a nobreza e o povo, entendido este como uma entidade homogénea e abstracta, valorizando ideologicamente a população rural em detrimento dos mesteiros urbanos ligados ao artesanato e ao comércio. Verdadeiros “corpos” sociais, clero, nobreza e povo complementavam-se na sua acção, sob a protecção, a autoridade e a arbitragem de uma Coroa que deveria providenciar o “bem comum”.

A actuação régia, enquanto expressão política de um pólo concentrado de poder, estava no primeiro plano da observação e da narrativa historiográfica de forte pendor nacionalista e apologético. Os reis eram heróis guerreiros, mas também defensores e difusores da fé cristã, numa espécie de cruzada ibérica que, no caso português, culminaria no triunfo final com a conquista das últimas praças algarvias em 1249, no início do reinado de D. Afonso III. E, neste particular, não importava que, sobretudo nas versões de divulgação, se secundarizasse ou mesmo omitisse o prolongado conflito entre Portugal e Castela pela posse do Algarve.

O Rei, a Cruz e a Espada constituíam uma trilogia cujos efeitos eram prolongados para o século XX, sobretudo por autores assumidamente monárquicos (mas não só) como Alfredo Pimenta (1882-1950), António Gonçalves Mattoso (1895-1975) ou João Ameal (1902-1982). Esta representação ideológica era muitas vezes apresentada como a base histórica legitimadora do

próprio regime corporativo oficialmente instituído pela Constituição de 1933. Tendo sido abolida a Monarquia em 1910, Portugal passava a ser designado no texto constitucional como uma República Corporativa.

A historiografia produzida era, na sua grande maioria, de carácter essencialmente descritivo, priorizando acontecimentos políticos e militares, numa versão daquilo que os autores dos *Annales* designavam como *histoire bataille*. Mas sendo a Idade Média uma época privilegiada na escassa investigação então praticada, não se pode negar a existência de alguns trabalhos de grande qualidade, produzidos por um reduzido número de historiadores eruditos. No seu ensaio sobre a historiografia, inicialmente publicado no *Dicionário de História de Portugal* e depois desenvolvido e autonomizado como Introdução à sua *Antologia da Historiografia Portuguesa*, cujo primeiro volume foi editado em 1974 (já depois do 25 de Abril) e reeditado numa colectânea de ensaios em 1988, A. H de Oliveira Marques, fazendo um balanço de síntese sobre a historiografia no Estado Novo nas décadas de 1940 e 1950, escreveu o seguinte:

De toda esta historiografia ou pseudo-historiografia [...] salvou-se a época medieval e, geralmente, a pré-Seiscentista. Havia, aí, menos que reacar o choque das paixões partidárias. Historiadores da Situação e da Oposição, ou simplesmente historiadores apolíticos, podiam aí encontrar-se, discutir sobre uma plataforma comum, produzir utilmente, exumando e interpretando documentação sem implicações de partido. No Portugal salazarista, como na Espanha de Franco, os estudos medievais [...] conheceram um momento de certo apogeu, constituindo como que o refúgio dos espíritos investigadores e das mentalidades críticas. [Marques, 1988, p. 45]

Neste sentido, Oliveira Marques, referindo-se ao relevo que a *Revista Portuguesa de História*, da Faculdade de Letras de Coimbra, teve nas décadas de 1940 e 1950, escreveu que ela “marcou uma data importante nos estudos eruditos sistematizados e na historiografia medieval em particular” (Marques, 1988, p. 45). E, numa estatística que o próprio considera “superficial” sobre as temáticas publicadas até ao começo da década de 1960, afirma que “quase 60% da totalidade dos artigos respeitou ao período medieval” (Marques, 1988, p. 45). Revelavam-se historiadores geralmente ligados à Universidade de Coimbra, como Torquato de Sousa Soares, Damião Peres, Paulo Merêa, David Lopes, Avelino de Jesus da Costa, Salvador Dias Arnaud ou Rui de Azevedo. Na Faculdade de Letras de Lisboa, nos anos 50 e sobretudo 60 do século xx, começava a despontar uma cuidada atenção a novos temas de investigação na área da Idade Média, em especial versando sobre História Económica, sobretudo pela mão de Virgínia Rau, que mantinha já na altura um regular contacto com o que de melhor se produzia além-fronteiras. Era, de facto, a única

presença portuguesa regular em congressos no estrangeiro (Fernandes, 2017, pp. 23-39) e promoveu em 1972 a organização em Portugal de um importante colóquio internacional sobre a pobreza e a assistência aos pobres na Idade Média.<sup>2</sup>

## OUTROS OLHARES

À margem da Academia e em frontal oposição à Ditadura do Estado Novo, autores como Jaime Cortesão (*Os Factores Democráticos na Formação de Portugal*)<sup>3</sup> e António Sérgio (*Breve Interpretação da História de Portugal*)<sup>4</sup> produziam ensaios com novas abordagens da História portuguesa, também no que à época medieval e à origem de Portugal dizia respeito. Mas seria na década de 1960 e no início da seguinte que se tornariam mais evidentes os prenúncios da modernização geral da historiografia portuguesa, com particular destaque para a que se dedicava ao período medieval.

Vale a pena referir dois marcos que assinalam o início do que viria a ser uma decisiva viragem. Destaque-se, em primeiro lugar, o *Dicionário de História de Portugal*,<sup>5</sup> dirigido por Joel Serrão e publicado em fascículos entre 1960 e 1971. Joel Serrão, intelectual e historiador que havia sido proibido de ensinar pela Ditadura, tanto no Ensino Oficial como até no Particular, procurou com esta iniciativa do *Dicionário* uma forma de sobrevivência económica que o Estado Novo lhe quis negar. Mas o que importa aqui sublinhar é que o *Dicionário*, como obra na qual colaboraram dezenas de autores, conseguiu juntar praticamente todos os melhores historiadores de diversas gerações e de diferentes orientações. Além de entradas de cunho tradicional (os reis, as grandes personagens, as batalhas, etc.), surgiam textos que constituíam verdadeiros ensaios com temáticas e interpretações directamente influenciadas pela historiografia estrangeira – nomeadamente pelos *Annales* – e absolutamente originais entre nós. Historiadores “oficiais” do regime e historiadores proscritos pelo Governo, incluindo alguns que conheceram o exílio no estrangeiro, como António José Saraiva ou Vitorino Magalhães Godinho, surgiam na mesma obra com os respectivos artigos. E, muito importante, além dos nomes consagrados, encontravam-se também jovens investigadores que na época começavam a despontar pela qualidade dos seus

2 A Pobreza e a Assistência aos Pobres na Península Ibérica durante a Idade Média. *Actas das 1.ªs Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval* (1973).

3 Cortesão (1964), publicado inicialmente em 1930.

4 Sérgio (1972); uma primeira versão foi publicada em espanhol, em 1929.

5 Com sucessivas reedições em 6 volumes, Serrão (1979).

trabalhos, como eram os casos de Iria Vicente Gonçalves ou Maria Teresa Campos Rodrigues.

Outro marco sinalizador da mudança que se começava a vislumbrar foi a publicação, em 1972, da *História de Portugal* de A. H. de Oliveira Marques, inicialmente em dois volumes, resultante de uma primeira versão para o público americano, aquando da passagem do Autor pela Universidade de Columbia, nos Estados Unidos da América. No primeiro,<sup>6</sup> a época medieval era tratada em termos completamente diferentes dos até então dominantes. A história descritiva, factual e apologetica dava lugar a uma valorização dos aspectos sociais, políticos e económicos, numa perspectiva reflexiva e problematizante. Temas “malditos” ou, pelo menos, mal vistos pela historiografia oficial eram agora abordados criticamente, sem complexos e de forma mais ou menos aberta, com as necessárias reservas em função da sempre actuante Censura e da recorrente prática de apreensão policial de livros considerados desaconselháveis, se não mesmo subversivos.

A obra de Oliveira Marques veio recolocar, entre nós, a velha questão da existência, ou não existência, de feudalismo no Portugal medievo. Pelo menos desde Alexandre Herculano, a generalidade dos historiadores considerava que entre as originalidades da Idade Média portuguesa estava a ausência de feudalismo. A centralização do poder régio e a *Reconquista* teriam impedido a proliferação de poderes senhoriais hereditários, ao contrário do que se verificara em França (cujo modelo era a principal referência) e, de uma forma geral, na Europa transpirenaica. Esta era a posição praticamente unânime na historiografia tradicional e ainda na obra póstuma de Marcello Caetano, *História do Direito Português, I – Fontes - Direito Público (1140-1495)*, publicada pela Verbo em 1981, era dedicado um extenso Apêndice de quase 30 páginas, aliás incluído no corpo do texto, após a Introdução e antes da Parte I, intitulado “O problema do feudalismo no extremo ocidental europeu”. Aí se desenvolvia a ideia de que os reinos de Leão, Castela e Portugal “produziram um sistema político especial que não era o feudalismo porque lhe faltavam os caracteres essenciais” (Caetano, 1981, p. 157).

Deve dizer-se, em abono da verdade, que já antes da edição da *História de Portugal* de Oliveira Marques, Armando de Castro, na sua extensa obra *A Evolução Económica de Portugal dos Séculos XII a XV* (Castro, 1964, vol. 1, sobretudo pp. 51-63), recorrendo ao aparelho conceptual marxista, considerara de forma inequívoca a existência entre nós do modo de produção feudal. Mas o livro de Oliveira Marques, pela grande divulgação que alcançou e pela influência que teve junto das novas gerações de estudantes universitários e de

6 Marques (1972).

professores dos liceus, trouxe para a ordem do dia um tema clássico, mas geralmente tratado em surdina pelos que, influenciados ou não pelo marxismo, consideravam que também no Portugal medievo existira feudalismo, embora com especificidades próprias face ao “modelo” francês.

Em tertúlias estudantis universitárias ou nos últimos anos do Curso dos Liceus, o tema estava relançado, dando lugar a um debate que distinguia campos historiográficos e, por arrasto, também políticos. Em termos genéricos, os autores “oficiais” negavam a existência de feudalismo em Portugal, enquanto os da “oposição” tendiam a colocar o conceito no centro das suas análises. Com esta dinâmica, a temática do feudalismo seria mesmo uma das que iriam ganhar grande destaque no pós-25 de Abril de 1974.

Nas décadas anteriores tinham despontado nas universidades jovens assistentes que, sobretudo pela mão de Virgínia Rau, da Faculdade de Letras de Lisboa, se lançavam em novas áreas de investigação sobre a Idade Média portuguesa. Eram os casos de Iria Gonçalves (tanto para a sociedade rural como para a urbana), de Maria José Trindade (sobre as Inquirições régias e também sobre o pastoreio e a transumância), de Maria José Ferro Tavares (sobre as minorias étnico-religiosas de judeus e mouros) ou de Humberto Baquero Moreno (este último com investigação sobre uma batalha – a de Alfarrobeira – mas em termos absolutamente originais entre nós). Também na Faculdade de Letras de Coimbra as temáticas ligadas à História Social, com especial ênfase no mundo rural, ganhavam foros de cidadania, principalmente com as investigações de Maria Helena da Cruz Coelho. Com uma ou outra excepção, quase todos estes jovens professores estavam a braços com a realização das suas teses de doutoramento em Abril de 1974, vindo a defendê-las no final da década ou já nos anos 80.<sup>7</sup> Daqui viria, aliás, um decisivo impulso para a geral renovação que a historiografia sobre a Idade Média iria conhecer nas décadas de 1980 e seguintes. E talvez não seja uma generalização abusiva dizer que nestes trabalhos era visível a influência directa ou indirecta, mais explícita ou menos assumida, dos *Annales*, sobretudo na vertente da História Económica e Social.

7 Quase todos estes investigadores defenderam os seus doutoramentos a partir de 1974. O primeiro foi Humberto Baquero Moreno, ainda em Janeiro desse ano (Moreno, 1979); Maria José Trindade morreu em Maio de 1980, sem ter chegado a apresentar o doutoramento (veja-se Trindade, 1981); sobre a minoria étnico-religiosa dos judeus veja-se Tavares (1982); Maria Helena da Cruz Coelho fez uma tese sobre a região do Baixo Mondego que se tornou exemplo e modelo para o estudo das sociedades rurais (Coelho, 1983). Iria Gonçalves trabalhou sobre o património do Mosteiro de Alcobaça (Gonçalves, 1989). Sobre História Rural refira-se ainda, para o espaço entre o Douro e o Tejo, a tese de Robert Durand (1982) e, mais tarde, os trabalhos de Boissellier (1999; 2003).

## 1974...

A breve trecho, os novos tempos iriam possibilitar que estas promissoras sementes ganhassem raízes, florescessem e se multiplicassem. A revolução de Abril de 1974, pondo fim à Ditadura do Estado Novo, à Censura institucionalizada e à repressão por delito de opinião, criou condições para o livre debate de ideias, para a investigação sem constrangimentos ideológicos, para a liberdade de publicação e de crítica. Além dos prenúncios de renovação que, como foi referido, vinham já das décadas anteriores, a revolução de 1974 trouxe novas condições políticas, sociais, culturais e mesmo institucionais que constituíram a base para uma alteração profunda na forma de encarar a História e, para o que aqui mais directamente interessa, na compreensão da Idade Média portuguesa.

O contexto sociocultural conferiu então à História, enquanto disciplina, uma nova capacidade de atracção sobre o público em geral e mesmo sobre as gerações mais novas. As licenciaturas em História das Universidades de Coimbra, Lisboa e Porto encheram-se de largas centenas de alunos que nelas ingressaram sobretudo por gosto (e não tanto por qualquer fobia e desejo de fuga à Matemática...). A criação de Mestrados no início dos anos 80 – de que o primeiro a nível nacional foi o de História da Idade Média, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da Universidade NOVA de Lisboa –, voltados para a investigação e culminando na apresentação e defesa pública de uma dissertação original, foi um fortíssimo impulso para a pesquisa, para a reflexão e para o avanço do conhecimento sobre a época.

Poucos anos antes, o Decreto-Lei 53/78, do ministro Sottomayor Cardia, estabelecera um novo currículo dos cursos de licenciatura em História comum às já então quatro faculdades que os ministravam (a FCSH da Universidade NOVA começara a funcionar no ano lectivo de 1978-1979). Reduzindo a licenciatura de cinco para quatro anos, mas sempre com cadeiras anuais, fixavam-se áreas de especialização. Assim, para cada uma das épocas tradicionais das Idades Média, Moderna e Contemporânea havia, além da História de Portugal, uma cadeira de História Económica e Social, outra de História Institucional e Política e uma terceira de História Cultural e das Mentalidades. Este currículo, em cuja elaboração teve papel de destaque Vitorino Magalhães Godinho, revelava a clara influência da historiografia dos *Annales* na própria estrutura e na designação das cadeiras lectivas. Projectando-se para o enquadramento institucional das teses de Mestrado e de Doutoramento, ficava patente o convite e o incentivo à especialização das pesquisas, o que foi de primordial importância também para os estudos medievais.

A criação de melhores condições de trabalho para os assistentes universitários – apesar de certos constrangimentos e das limitações que sempre houve

– permitiu acelerar a realização das teses de Doutoramento. Até então, contavam-se pelos dedos das mãos os doutorados em História da Idade Média e os percursos que os assistentes deveriam cumprir para atingirem o grau não andavam longe de uma violenta ordália medieva... Esta é, aliás, uma das razões que permitem perceber os motivos do atraso português face, por exemplo, à historiografia do Estado Espanhol, onde também se viveu sob ditadura – para mais saída de uma guerra civil extremamente sangrenta – e onde vigorou um governo cuja capacidade e vontade repressiva de policiamento das ideias não eram inferiores às do congénere português. Mas, no caso espanhol, um sistema universitário de maior dimensão, mais descentralizado e sem a morosidade do “itinerário” doutoral português ajuda a explicar que, mesmo sob o franquismo, a historiografia do país vizinho tenha alcançado um patamar muito superior ao nosso, entre as décadas de 1940 e 1970. Também é verdade que o interesse de vários historiadores estrangeiros, não sujeitos a constrangimentos ideológicos, que se dedicaram à História de Espanha não só abriu perspectivas inovadoras como influenciou de modo bastante positivo vários investigadores espanhóis, independentemente dos seus alinhamentos historiográficos.

Sem negar as restrições políticas e ideológicas já mencionadas, o atraso da historiografia portuguesa, incluindo a relativa à Idade Média, tinha uma forte componente das suas causas no próprio sistema universitário. A escassíssima renovação dos docentes, o “orgulhoso” isolamento face ao estrangeiro, uma hierarquia anquilosada avessa à novidade e que se entretinha a traçar percursos académicos que eram autênticos martírios para os assistentes talvez sejam elementos decisivos para se perceber a estagnação científica e historiográfica que a Universidade do Estado Novo criou e alimentou durante décadas.

As alterações estruturais e de contexto que foram consequência da revolução de 1974 mudaram significativamente o panorama cultural e historiográfico português. Com vista à prestação de provas académicas ou sem tal objectivo imediato, multiplicaram-se os trabalhos de investigação e a publicação de livros, artigos científicos, conferências ou comunicações a congressos e colóquios sobre os mais diversos temas. A História das Instituições centrais ou concelhias,<sup>8</sup> a História Rural,<sup>9</sup> a História Urbana,<sup>10</sup> a História dos grupos

8 Hespanha (1982); Coelho e Magalhães (1986); Mota (1989); Homem (1990); Sousa (1990); Costa (1993; 1999); Freitas (1996; 2001). Sobre doutrina política, redes de poder e relação entre Monarquia e Igreja, vejam-se Branco (1999) e Varandas (2003).

9 Durand (1982); Coelho (1983; 1988); Gonçalves (1989); Marreiros (1990); Fernandes (1991; 2001); Amaral (1994; 2007); Maurício (1997); Pina (1998); Viana (1998); Conde (2000); Santos (2001).

10 Pradalié (1975); Gomes (1987); Ferreira (1989); Andrade (1990; 1994); Botão (1992); Beirante (1995); Rodrigues (1995); Silva (1997); Pereira (2000). Para uma visão geral dos trabalhos produzidos até ao final da década de 1980, vd. Marques, Gonçalves e Andrade (1990).

sociais,<sup>11</sup> das minorias étnico-religiosas,<sup>12</sup> a História da Arte,<sup>13</sup> a História da Cultura e das Mentalidades,<sup>14</sup> a História da Literatura,<sup>15</sup> a História da Igreja,<sup>16</sup> a História da Música,<sup>17</sup> entre outros, foram campos que conheceram, desde logo, um assinalável progresso. Partindo dos mais válidos legados anteriores, procurando e incorporando os contributos da historiografia estrangeira, de início sobretudo a francesa e a espanhola, abrindo os espíritos para novas temáticas, novas metodologias e novos conceitos, operava-se uma radical renovação nos trabalhos acerca da época medieval portuguesa.

No final da década de 1970 e na primeira parte da seguinte, a discussão instalou-se em torno de temas que se considerava que dividiam águas em termos historiográficos e, por contágio, políticos. Além da já focada questão do feudalismo, nem sempre bem perspectivada conceptualmente e, por vezes, até com muita confusão à mistura, destacou-se a polémica sobre a caracterização dos acontecimentos de 1383-1385. O debate entre “crise ou revolução” escorava-se no que tinham escrito antes de 1974 autores com posições opostas, entre os quais se destacavam Marcello Caetano,<sup>18</sup> Joel Serrão,<sup>19</sup> António Borges Coelho<sup>20</sup> e, até, Álvaro Cunhal, que escrevera um ensaio, em 1950, sobre *As Lutas de Classes em Portugal nos Fins da Idade Média*.<sup>21</sup> O primeiro via naquela conjuntura medieva uma “crise nacional” superada pela precoce afirmação de um sentimento patriótico; Serrão dava ênfase a uma “revolução” popular que garantira a independência portuguesa face a Castela; Borges Coelho, na senda de Cunhal, colocava uma emergente burguesia como a vencedora daquela “revolução” que triunfara pela iniciativa e pela coragem das camadas populares. Com o pretexto da passagem dos 600 anos dos acontecimentos que puseram fim à Primeira Dinastia e colocaram no trono D. João I,

11 Foi sobretudo o caso da nobreza, cf. Mattoso (1981 e 1982a), e para o início da Idade Média portuguesa, Fernandes (1981).

12 Tavares (1982; 1982a); Barros (1998; 2007).

13 Almeida (1978); Silva (1993); Miranda (1996). Para a arquitectura religiosa, vejam-se os importantes estudos de Manuel Luís Real, por exemplo, Real (1982). Como sínteses e para indicações bibliográficas, vd. Pereira (1995), Almeida (2001), Almeida e Barroca (2002).

14 Krus (1994; 2011); Antunes (1995); Oliveira (1994). Entre a História Social, a História Institucional e a das Mentalidades, veja-se Duarte (1999).

15 Miranda (1993); Lopes (1994).

16 Ventura (1997); Vilar (1999).

17 Ferreira (2009).

18 Caetano (1985).

19 Serrão (1976).

20 Coelho (1981).

21 Cunhal (1998). Onze anos depois da redacção deste ensaio, Álvaro Cunhal viria a ser secretário-geral do Partido Comunista Português.

antigo mestre da Ordem Religioso-Militar de Avis, não houve praticamente nenhum medievalista (ou aprendiz de medievalista) que não se tenha pronunciado sobre o assunto.<sup>22</sup> A discussão estava um pouco contaminada pelo “ar do tempo”, naquele rescaldo ainda próximo da revolução de 1974 e dos confrontos político-ideológicos então presentes. Aqui se pode aplicar com a-propósito a afirmação segundo a qual “a História é um campo de batalha” (Traverso, 2012). Mas, independentemente do enviesamento ideológico, o tema trouxe a Idade Média para o debate académico e também para a praça pública, com reflexos na própria imprensa da época.

Um dos tópicos em que é bem notória a profunda mudança na historiografia portuguesa acerca do período medieval é o da formação de Portugal como entidade política independente. José Mattoso, então monge beneditino, começou por estudar as abadias da diocese do Porto e a influência de Cluny, defendendo as suas teses de Licenciatura e de Doutoramento na Universidade Católica de Lovaina, respectivamente em 1960 e 1966.<sup>23</sup> Pelas relações existentes entre os mosteiros e as linhagens senhoriais nortenhas, daí partiu para a História da Nobreza, quer no período do Condado Portucalense, quer já depois da fundação do reino português. Dos seus estudos iniciais vincadamente eruditos, alguns ainda elaborados na década de 1950, o Autor criou bases sólidas para uma revisão geral do arco cronológico que vai do século IX ao século XIV. Esse labor frutificou principalmente a partir do início dos anos 80, com a publicação de livros como *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros. A Nobreza Medieval Portuguesa nos Séculos XI e XII*,<sup>24</sup> saído em 1982, e com a obra de consagração intitulada *Identificação de Um País. Ensaio sobre as Origens de Portugal (1096-1325)*,<sup>25</sup> publicada em 1985.

Nesta última, recorrendo ao cruzamento de contributos da Geografia, da Antropologia, da Linguística e da Sociologia, Mattoso chamava a atenção para as diferenciações regionais (sublinhe-se que o subtítulo do primeiro volume era *Oposição*), mas também para os elementos de agregação que viabilizaram a constituição e a consolidação do reino (o segundo volume apresentava o subtítulo de *Composição*). O regime senhorial e a organização concelhia, o papel dos vários grupos sociais nas cidades e nos campos, a sua relação com a Coroa, a acção desta como pólo central de poder, a actuação da Igreja, a articulação e a

22 Vejam-se as dezenas de comunicações, com autores consagrados, em *1383-1385 e a Crise Geral dos Séculos XIV/XV. Jornadas de História Medieval. Lisboa, 20 a 22 de Junho de 1985. Actas*, Lisboa, História & Crítica, 1985. Com pequenas variantes, a polémica girava em torno da classificação da conjuntura como “crise nacional”, “revolução popular” ou “revolução burguesa”.

23 Mattoso (2002; 2002a).

24 Mattoso (1982a).

25 Mattoso (1985).

concorrência entre os poderes da realeza, dos senhores nobres ou eclesiásticos, das autoridades concelhias, tudo era tratado na perspectiva de uma História problematizante, assumidamente influenciada pelos *Annales*. O impacto desta obra foi imenso, tanto em termos académicos como ao nível mais geral de uma certa opinião pública com interesses culturais. De tal forma que a primeira edição do Prémio Pessoa, do jornal *Expresso*, em 1987, veio a contemplar José Mattoso, assim aumentando a visibilidade mediática da disciplina histórica e principalmente da História Medieval.

Não deixa de ser curioso que, como o próprio Autor explicou em várias ocasiões, a sua hipótese inicial para compreender o país tenha partido da constatação, através da geografia dos resultados de sucessivas eleições portuguesas, dos contrastes entre o Norte e o Sul, entre o litoral e o interior. A partir dessa verificação, Mattoso procurou perceber se aquela era uma situação que reflectia fenómenos estruturais cujas raízes poderiam remontar à Idade Média. Estava enunciada a via para compreender as diversidades socioculturais do território e dos seus habitantes, naturalmente muito mais complexas do que a mera constatação de como se distribuíam os votos dos portugueses. Até a escolha do título do livro – *Identificação* – fora directamente influenciado pelo filme de Michelangelo Antonioni, *Identificação de Uma Mulher*, de 1982. Razão tinha o historiador italiano Benedetto Croce (1866-1952) ao afirmar que “toda a História é História contemporânea”, pois olha-se sempre para o passado com os olhos, as preocupações, os estímulos e as questões do presente.

Surgia assim uma “nova Idade Média” nas universidades, mas também no ensino secundário, através dos respectivos professores, e até entre todos aqueles que, mesmo de uma forma amadora, se interessavam pela História e procuravam compreender a origem, a construção e a viabilização do país ao longo dos seus primeiros séculos.

As consequências não deixaram de se fazer sentir. Em dissertações de Mestrado, em teses de Doutoramento, em artigos, conferências e comunicações a congressos ou a colóquios, era patente a influência de Mattoso, sobretudo, mas não só, nos estudos dedicados à nobreza medieval.<sup>26</sup>

26 José Mattoso orientou várias teses de doutoramento sobre a nobreza: Ventura (1992); Krus (1994); Oliveira (1994); Gomes (1995); Pizarro (1999); Sousa (2000); Rosa (2012). Mattoso orientou também, sobre esta temática, as teses de Mestrado de Pizarro (1995); Rosa (1995); e Oliveira (1999). Na perspectiva do estudo de grandes casas senhoriais, Iria Gonçalves orientou a tese de Mestrado de Cunha (1990), e A. H. de Oliveira Marques orientou o Doutoramento de Sousa (1991); este último dirigiu a Tese de Mestrado de Lopes (1997). Veja-se também Fontes (2000). Na Universidade do Porto, Humberto Baquero Moreno dirigiu a tese de Fernandes (1996). No final da primeira década deste século, José Augusto Pizarro orientou o Mestrado de Ferreira (2009).

Também no campo da História Religiosa, de há muito cultivada por Mattoso,<sup>27</sup> se assistiu a um acentuado alargamento temático e a novas abordagens conceptuais. Já não se tratava apenas de uma aproximação eclesiástica e institucional, mas de um tratamento agora atento à espiritualidade, aos cultos e às representações mentais, procurando entender as práticas religiosas como fenómenos sociais.<sup>28</sup> Fenómenos que moldavam e revelavam visões da vida e concepções do mundo, do visível e do invisível. Também no campo institucional<sup>29</sup> e das relações com a Santa Sé se verificaram sólidos progressos.<sup>30</sup>

Até mesmo áreas temáticas tradicionais como a História Militar conheceram novas aproximações, quer em aspectos técnicos (tipos de armamento, composição e organização das hostes), quer em termos interpretativos (batalhas, estratégias de combate),<sup>31</sup> o mesmo se podendo dizer sobre as relações com os reinos vizinhos, nomeadamente com Castela.<sup>32</sup> As ordens religioso-militares viram ser-lhes dedicados diversos estudos, inicialmente sob orientação de Luís Adão da Fonseca, na Faculdade de Letras do Porto.<sup>33</sup>

Mas a renovação historiográfica tocara, inclusive, épocas e objectos de estudo até então pouco cultivados entre nós. Foi, nomeadamente, o caso da civilização islâmica e da sua influência no Portugal medievo. O exemplo de Mértola e do seu Campo Arqueológico, criado e dirigido por Cláudio Torres, foi fundamental para começar a alterar o quase vazio existente, demonstrando a importância insubstituível da arqueologia para ultrapassar as lacunas das fontes escritas.<sup>34</sup>

Muito haveria a dizer também da actualização operada em disciplinas como a Paleografia, encarada não apenas como técnica de leitura de documentos

27 Mattoso (1982).

28 Vejam-se as obras colectivas de Azevedo (2000; 2000a). Muitos foram os trabalhos realizados sobre mosteiros, tanto na perspectiva sociológica das relações com a nobreza, como numa abordagem institucional, patrimonial, cultural, religiosa e artística; a título de exemplo, vejam-se Martins (1992); Martins (2003); e Repas (2003). Como instrumento de trabalho sobre as ordens religiosas e as suas casas, com vasta bibliografia produzida neste contexto de renovação historiográfica, veja-se Sousa (2005).

29 Marques (1988a).

30 Veloso (1988); Marques (1990).

31 Monteiro (1998); Martins (2011). Como síntese, veja-se Barata e Teixeira (2003). Sobre a evolução de um castelo, no caso o de Palmela, veja-se Fernandes (2004).

32 Araújo (2009).

33 Várias dessas teses de Mestrado e de Doutoramento foram publicadas na colecção *Militarium Ordinum Analecta*; veja-se, nomeadamente, Costa (1999-2000); Silva (2002); Pimenta (2002). Sobre a Sociologia das Ordens, veja-se Vasconcelos (2008) e Oliveira (2009), este último Doutoramento na Universidade do Algarve.

34 Macias (1995; 2005). Sobre Silves e o seu território no período islâmico, veja-se Gomes (2002).

antigos manuscritos, mas como História da Escrita.<sup>35</sup> Ou no caso da Diplomática.<sup>36</sup> Ou da Epigrafia.<sup>37</sup> Ou da Sigilografia<sup>38</sup> e da Heráldica,<sup>39</sup> em íntima ligação com a História das Mentalidades. Ou da Codicologia<sup>40</sup> e da Iluminura.<sup>41</sup> E a lista poderia prolongar-se por quase todas as áreas e temáticas da História Medieval no nosso país. O livre acesso a bibliografia estrangeira (apesar do esqualido apetrechamento das bibliotecas então existentes, por via do isolamento cultural a que o país estivera votado) e o estabelecimento de relações regulares com universidades e medievalistas de França e de Espanha deram um forte impulso para a actualização dos investigadores portugueses. Neste particular, no que tocou a Espanha, assumiram papel de destaque os professores da Universidade do Porto Humberto Baquero Moreno e Luís Adão da Fonseca, o primeiro pelos contactos que tinha já anteriores a 1974 e o segundo pela sua ligação à Universidade de Navarra, onde se doutorara em 1975.<sup>42</sup>

### AS HISTÓRIAS DE PORTUGAL E AS HISTÓRIAS TEMÁTICAS

Fruto dos assinaláveis avanços na investigação histórica e do interesse alargado pela disciplina após 1974, foi publicado um considerável número de Histórias de Portugal em que, como não poderia deixar de ser, a Idade Média ocupou quase sempre um lugar relevante, tanto em termos da extensão que lhe foi atribuída, como quanto aos autores especializados na época e que colaboraram em quase todas essas obras colectivas. Desde a *História de Portugal* de Alexandre Herculano<sup>43</sup> que, como é sabido, termina no reinado de D. Afonso III, e da posterior *História de Portugal* dita “de Barcelos”,<sup>44</sup> não terá havido um impacto comparável ao que foi alcançado por esta concentração de edições. A primeira a sair a público foi a *História de Portugal* de Joaquim Veríssimo Serrão, cujo volume I é de 1977 e trata de toda a Idade Média, com o subtítulo

35 Santos (1994); Cunha (1998); Guerra (2003); Gomes (2007); Morujão (2010).

36 Além do referido na nota anterior, veja-se também Costa (1992); Pereira, Coelho e Homem (1996); Coelho et al. (2001); Sá-Nogueira (2008).

37 Barroca (2000).

38 Abrantes (1983); Gomes (2008).

39 Abrantes (1992); Norton (2004); Seixas (2011).

40 Nascimento e Diogo (1984).

41 Miranda (1996).

42 Fonseca (1982).

43 Herculano (1980-1981).

44 Peres (1928). Esta obra colectiva foi sendo publicada ao longo dos anos seguintes e teve sucessivas reimpressões, contando actualmente com 8 volumes e dois suplementos, estes últimos editados no Porto pela Livraria Civilização, em 1981. Os volumes respeitantes á Idade Média são o I, o II e o III, publicados respectivamente em 1928, 1929 e 1931.

*Estado, Pátria e Nação (1080-1415)*.<sup>45</sup> Anunciada no prefácio à primeira edição como uma obra em três volumes, viriam a ser publicados dezoito, todos da exclusiva autoria do modernista Veríssimo Serrão. Seguiram-se a *História de Portugal* dirigida por José Hermano Saraiva, das Edições Alfa,<sup>46</sup> em 1983; a *Nova História de Portugal* dirigida por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques,<sup>47</sup> com início de publicação em 1987; a *História de Portugal* dirigida por José Mattoso,<sup>48</sup> em 1992-1993; e uma outra dirigida por João Medina,<sup>49</sup> em 1993. Os volumes respeitantes à época medieval, em todas estas obras, puderam contar com a colaboração de vários especialistas que tinham estado na linha da frente dos progressos que a investigação conheceu nas décadas anteriores.

Este surto na produção de sínteses reflectiu-se igualmente na edição de obras temáticas, também elas contando com um conjunto de autores especializados nos assuntos sobre os quais se debruçavam. Foi o caso da *História Religiosa de Portugal* e do *Dicionário de História Religiosa de Portugal*,<sup>50</sup> dirigidos por Carlos Moreira Azevedo; da *Nova História Militar de Portugal*,<sup>51</sup> dirigida por Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira; da *Nova História da Expansão Portuguesa*,<sup>52</sup> dirigida por A. H. de Oliveira Marques e Joel Serrão; de uma outra *História da Expansão Portuguesa*,<sup>53</sup> com direcção de Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri; ou da *História da Vida Privada em Portugal*,<sup>54</sup> dirigida por José Mattoso.

Também no campo da biografia histórica, até há pouco escassamente cultivada entre nós, teve lugar um verdadeiro *boom* editorial, sobretudo com as colecções dos “Reis de Portugal”, 34 volumes, a partir de 2005, e das “Rainhas de Portugal”, 18 volumes, a partir de 2012, editadas pelo Círculo de Leitores-Temas e Debates. Cada um dos personagens régios ficou a cargo de um autor ou de autores conhecedores da respectiva época, das suas fontes e problemáticas, numa tentativa de contextualizar as circunstâncias, mas também de captar os traços de personalidade que ajudassem a compreender a acção política de

45 Serrão (1977).

46 Saraiva (1983).

47 Serrão e Marques (1987; 1993; 1997).

48 Mattoso (1992-1993).

49 Medina (1993).

50 Azevedo (2000; 2000a).

51 Barata e Teixeira (2003).

52 Serrão e Marques (1998); tendo começado a publicar-se ainda na década de 1980, à Idade Média, dos volumes editados, interessa sobretudo o volume 2.

53 Bethencourt e Chaudhuri (1998); para a Idade Média interessa o volume 1.

54 Mattoso (2010), vol. 1.

cada um ou cada uma dos biografados e biografadas. Apesar da inevitável e natural variação de qualidade das obras, o grande sucesso comercial de algumas das Histórias de Portugal mencionadas e do género biográfico tem sido dos principais veículos para um certo alargamento do mercado livreiro da História e, até, para a manutenção de um interesse alargado pela disciplina, que extravasa de forma clara o meio académico.

### UMA NOVA VISÃO DA IDADE MÉDIA

Assim se pode explicar a multiplicação de traduções de muitas das obras de medievalistas consagrados, sobretudo franceses da “Escola” dos *Annales*, então no apogeu da sua influência. Mais uma vez sem a pretensão da exaustividade, refiram-se as traduções de Georges Duby na Editorial Estampa (em 1979, *O Tempo das Catedrais. A Arte e a Sociedade. 980-1420*, traduzido por José Saramago; em 1980, *Guerreiros e Camponeses. Os Primórdios do Crescimento Económico Europeu. Séc. VII-XII*; em 1982, *As Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo*; ou as de Jacques Le Goff (na Estampa, em 1980, a colectânea *Para Um Novo Conceito de Idade Média. Tempo, Trabalho e Cultura no Ocidente*; e, em 1983, *A Civilização do Ocidente Medieval*; na Gradiva, em 1981, *Mercadores e Banqueiros na Idade Média* e, em 1983, *Os Intelectuais na Idade Média...*), bem como a tradução do livro de Emmanuel Le Roy Ladurie que fora *bestseller* em França (Edições 70, 1984, *Montaillou. Cátaros e Católicos numa Aldeia Francesa 1294-1324*; esta editora já havia publicado, em 1979, a obra clássica de Marc Bloch, *A Sociedade Feudal*, com 2.<sup>a</sup> edição e nova tradução revista em 1987). Estes e outros autores, com estas e outras obras, foram sucessivamente traduzidos e reeditados aos longo das décadas seguintes e até à actualidade.

Esse interesse pela época medieval foi simultaneamente causa e consequência de um certo imaginário alimentado pela literatura e, até, pelo cinema, com obras de grande consumo. Foi o caso do romance de Umberto Eco, *O Nome da Rosa* (edição original italiana da Fabri-Bompiani, em 1980, e logo editado em Portugal em 1983, pela Gradiva), com versão cinematográfica de grande sucesso (1986, dirigida por Jean-Jacques Annaud e com um elenco em que sobressaía Sean Connery), ou de outros filmes como *Excalibur* (1981, realizado por John Boorman), ou ainda do português *Silvestre* (também de 1981, escrito por Maria Velho da Costa e realizado por João César Monteiro). Múltiplas e diversas representações da medievalidade entravam definitivamente no imaginário colectivo.

Não andarà longe de ser consensual considerar-se o período que vai de 1974 até ao início do novo milénio como um dos mais ricos da produção historiográfica sobre a Idade Média portuguesa. Sem, de modo algum, negar

os antecedentes a que, de uma forma sumária, se foi fazendo aqui referência. Mattoso, um dos mais directos agentes da modernização assinalada, gostava de citar Fernando Pessoa/Alberto Caeiro nos dois versos em que diz “A espantosa realidade das coisas/ É a minha descoberta de todos os dias”. A situação de liberdade aberta pela revolução de 1974 permitiu descobrir, de forma alargada, a *espantosa realidade de uma Nova Idade Média*. E isso transformou por completo o panorama da investigação, da divulgação, da edição e do ensino sobre a época, entre nós.

Não deixa de ser verdade que muitos foram os estudos produzidos com uma acentuada marca de empirismo, em que eram facilmente visíveis influências neopositivistas. Esse foi como que um tributo a pagar pelo facto de vários trabalhos se inscreverem na necessidade de prestação de provas académicas por parte dos respectivos autores e de ser preciso respeitar as convenções do género. Mas uma sólida base documental e o exercício das regras da crítica histórica não só nunca fizeram mal a ninguém como não comprometiam, antes desafiavam, a problematização e as sínteses interpretativas. De vistas mais largas ou mais estreitas, as monografias também serviram para isso.

Este breve balanço fica sensivelmente pela década inaugural do século XXI, apesar de já estarmos no término do primeiro quartel da centúria. Tal decisão poderá ser justificada por razões de limite de tempo e do espaço disponível. De qualquer modo, não seria prematuro fazer uma reflexão acerca da situação actual. Talvez seja mesmo mais tarde do que cedo para essa reflexão sobre o ponto a que chegámos e o estado em que nos encontramos. Mas não seria este o lugar adequado para o fazer. E é sempre bom ficarmo-nos por um final feliz.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1383-1385 E A CRISE GERAL DOS SÉCULOS XIV/XV. *Jornadas de História Medieval*. Lisboa, 20 a 22 de Junho de 1985. Actas, Lisboa, História & Crítica, 1985.
- A POBREZA E A ASSISTÊNCIA AOS POBRES NA PENÍNSULA IBÉRICA DURANTE A IDADE MÉDIA. *Actas das 1.<sup>as</sup> Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval* (1973), 2 tomos, Lisboa, Instituto de Alta Cultura e Centro de Estudos Históricos anexo à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- ABRANTES, M. (1983), *O Estudo da Sigilografia Medieval Portuguesa*, Lisboa, Ministério da Educação.
- ABRANTES, M. (1992), *Introdução ao Estudo da Heráldica*, Lisboa, Ministério da Educação.
- ALMEIDA, C. A. F. (1978), *Arquitectura Românica de Entre-Douro-e-Minho*, 2 vols., Tese de Doutoramento, Porto, Faculdade de Letras, Universidade do Porto.
- ALMEIDA, C. A. F. (2001), *História da Arte em Portugal. O Românico*, Lisboa, Editorial Presença.
- ALMEIDA, C. A. F., BARROCA, M. (2002), *História da Arte em Portugal. O Gótico*, Lisboa, Editorial Presença.
- AMARAL, L. C. (1994), *São Salvador de Grijó na Segunda Metade do Século XIV. Estudo de Gestão Agrária*, Lisboa, Edições Cosmos.
- AMARAL, L. C. (2007), *Formação e Desenvolvimento do Domínio da Diocese de Braga no Período da Reconquista (Século IX-1137)*, Tese de Doutoramento, Porto, Faculdade de Letras, Universidade do Porto.
- ANDRADE, A. (1990), *Um Espaço Urbano Medieval: Ponte de Lima*, Lisboa, Livros Horizonte.
- ANDRADE, A. (1994), *Vilas, Poder Régio e Fronteira. O Exemplo do Entre Minho e Lima Medieval*, Tese de Doutoramento, Lisboa, FCSH-UNL.
- ANTUNES, J. (1995), *A Cultura Erudita Portuguesa nos Séculos XIII e XIV (Juristas e Teólogos)*, Tese de Doutoramento, Coimbra, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.
- ARAÚJO, J. M. (2009), *Portugal e Castela na Idade Média*, Lisboa, Edições Colibri.
- AZEVEDO, C. M. (dir.) (2000), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, 4 vols., Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa e Círculo de Leitores.
- AZEVEDO, C. M. (dir.) (2000a), *História Religiosa de Portugal, 1 – Formação e Limites da Cristandade*, coord. de Ana Maria Jorge e Ana Maria Rodrigues, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa e Círculo de Leitores.
- BARATA, M. T. e TEIXEIRA, N. S. (2003), *Nova História Militar de Portugal*, 1, coord. José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores.
- BARROCA, M. (2000), *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, 3 vols. em 4 tomos, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- BARROS, M. F. L. (1998), *A Comuna Muçulmana de Lisboa, Séculos XIV e XV*, Lisboa, Hugin.
- BARROS, M. F. L. (2007), *Tempos e Espaços de Mouros. A Minoría Muçulmana no Reino Português (Séculos XII a XV)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- BEIRANTE, Â. (1995), *Évora na Idade Média*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e JNICT.
- BETHENCOURT, F., CHAUDHURI, K. N. (1998), *História da Expansão Portuguesa*, 5 vols., Lisboa, Círculo de Leitores.
- BOISSELIER, S. (1999), *Naissance d’une identité portugaise. La vie rurale entre Tâge et Guadiana de l’Islam à la reconquête (X<sup>e</sup>-XIV<sup>e</sup> siècles)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

- BOISSELLIER, S. (2003), *Le peuplement médiéval dans le Sud du Portugal. Constitution et fonctionnement d'un réseau d'habitats et de territoires. XII<sup>e</sup>-XV<sup>e</sup> siècles*, Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian.
- BOTÃO, M. F. (1992), *Silves, Capital de Um Reino Medieval*, Silves, Câmara Municipal de Silves.
- BRANCO, M. J. (1999), *Poder Real e Eclesiásticos. A Evolução do Conceito de Soberania Régia e a Sua Relação com a 'Praxis' Política de Sancho I e Afonso II*, Tese de Doutoramento, Lisboa, Universidade Aberta.
- CAETANO, M. (1981), *História do Direito Português, I – Fontes – Direito Público (1140-1495)*, Lisboa, Editorial Verbo.
- CAETANO, M. (1985), *A Crise Nacional de 1383-1385*, Lisboa, Editorial Verbo.
- CASTRO, A. (1964-1975), *A Evolução Económica de Portugal dos Séculos XII a XV*, 10 vols., Lisboa, Portugália Editora.
- COELHO, A. B. (1981), *A Revolução de 1383. Tentativa de Caracterização*, 4.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Editorial Caminho.
- COELHO, M. H. C. (1983), *O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média. Estudo de História Rural*, 2 vols., Coimbra, Faculdade de Letras.
- COELHO, M. H. C. (1988), *O Mosteiro de Arouca do Século X ao Século XIII*, 2.<sup>a</sup> ed., Arouca, Câmara Municipal e Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda.
- COELHO, M. H. C., et al. (2001), *Estudos de Diplomática Portuguesa*, Lisboa, Edições Colibri.
- COELHO, M. H. C., MAGALHÃES, J. R. (1986), *O Poder Concelhio. Das Origens às Cortes Constituintes*, Coimbra, Centro de Estudos e Formação Autárquica.
- CONDE, M. S. A. (2000), *Uma Paisagem Humanizada. O Médio Tejo nos Finais da Idade Média*, 2 vols., Cascais, Patrimonia.
- CORTESÃO, J. (1972), *Os Factores Democráticos na Formação de Portugal*, Lisboa, Portugália Editora.
- COSTA, A. J. (1992), *Estudos de Cronologia, Diplomática, Paleografia e Histórico-Linguísticos*, Porto, Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais.
- COSTA, A. L. P. M. (1993), *Vereação e Vereadores. O Governo do Porto em Finais do Século XV*, Porto, Câmara Municipal do Porto.
- COSTA, A. L. P. M. (1999), *Projecção Espacial de Domínios das Relações de Poder ao Burgo Portuense (1385-1502)*, Tese de Doutoramento, Lisboa, Universidade Aberta.
- COSTA, P. M. C. P., (1999-2000), *A Ordem Militar do Hospital em Portugal: Dos Finais da Idade Média à Modernidade*, n.º 3-4 de *Militarium Ordinum Analecta*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida.
- CUNHA, M. C. A. (1998), *A Chancelaria Arquiepiscopal de Braga (1071-1244)*, Tese de Doutoramento, Porto, Faculdade de Letras, Universidade do Porto.
- CUNHA, M. S. (1990), *Linhagem, Parentesco e Poder. A Casa de Bragança (1348-1483)*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança.
- CUNHAL, A. (1998), *As Lutas de Classes em Portugal nos Fins da Idade Média*, 3.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Editorial Caminho.
- DUARTE, L. M. (1999), *Justiça e Criminalidade no Portugal Medieval*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- DURAND, R. (1982), *Les campagnes portugaises entre Douro et Tâge aux XII<sup>e</sup> et XIII<sup>e</sup> siècles*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian.
- FERNANDES, A. A. (1981), *A Nobreza na Época Vimarano-Portugalense*, Parte I, *Problemata*, Guimarães.

- FERNANDES, F.R. (1996), *O Reinado de D. Fernando no Âmbito das Relações Régio-Nobiliárquicas*, Tese de Doutoramento, Porto, Faculdade de Letras, Universidade do Porto.
- FERNANDES, H. G. (1991), *Organização do Espaço e Sistema Social no Alentejo Medieval: O Caso de Beja*, Tese de Mestrado, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.
- FERNANDES, H. G. (2001), *Entre Mouros e Cristãos: A Sociedade de Fronteira no Sudoeste Peninsular Interior (Séculos XII-XIII)*, Tese de Doutoramento, Lisboa, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
- FERNANDES, H. G. (2017), “Virgínia Rau: algumas variações sobre um cosmopolitismo”. *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, 37, pp. 23-39.
- FERNANDES, I. C. F. (2004), *O Castelo de Palmela, do Islâmico ao Cristão*, Lisboa, Colibri e Câmara Municipal de Palmela.
- FERREIRA, J. P. M. (2009), *Entre a Consanguinidade e a Naturalidade. A Movimentação da Nobreza Portuguesa entre os Reinos de Portugal e Leão (1157-1230)*, Tese de Mestrado, Porto, Faculdade de Letras, Universidade do Porto.
- FERREIRA, M. C. F. (1989), *Uma Rua de Elite na Guimarães Medieval (1376-1520)*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães.
- FERREIRA, M. P. (2009), *Aspectos da Música Medieval no Ocidente Peninsular*, 2 vols., Lisboa, IN-CM e Fundação Calouste Gulbenkian.
- FONSECA, L. A. (1982), *O Condestável D. Pedro de Portugal*, Porto, Centro de História da Universidade do Porto.
- FONTES, J. L. I. (2000), *Percursos e Memória: Do Infante D. Fernando ao Infante Santo*, Cascais, Patrimonia.
- FREITAS, J. G. (1996), *A Burocracia do “Eloquente” (1433-1438). Os Textos, as Normas, as Gentes*, Cascais, Patrimonia.
- FREITAS, J. G. (2001), “*Temos por Bem e Mandamos*”. *A Burocracia Régia e os Seus Oficiais em meados de Quatrocentos (1439-1460)*, 2 vols., Cascais, Patrimonia.
- GOMES, R. C. (1987), *A Guarda Medieval. Posição, Morfologia e Sociedade (1200-1500)*, Lisboa, Sá da Costa.
- GOMES, R. C. (1995), *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*, Linda-a-Velha, Difel.
- GOMES, R. V. (2002), *Silves (Xelb), Uma Cidade do Gharb Al-Andalus. Território e Cultura*, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia.
- GOMES, S. A. (2007), In *Limine Conscriptionis. Documentos, Chancelaria e Cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (Séculos XII a XIV)*, Viseu, Palimage Editores.
- GOMES, S. A. (2008), *Introdução à Sigilografia Portuguesa. Guia de Estudo*, Coimbra, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.
- GONÇALVES, I. (1989), *O Património do Mosteiro de Alcobaça nos Séculos XIV e XV*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.
- GUERRA, A. J. R. (2003), *Os Diplomas Privados em Portugal dos Séculos IX a XII. Gestos e Atitudes de Rotina dos Seus Autores Materiais*, Lisboa, Centro de História da Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
- HERCULANO, A. (1980-1981), *História de Portugal desde o Começo da Monarquia até ao Fim do Reinado de Afonso III*, 4 vols., prefácio e notas críticas de José Mattoso, Lisboa, Livraria Bertrand.
- HESPANHA, A. M. (1982), *História das Instituições. Épocas Medieval e Moderna*, Coimbra, Almedina.

- HOMEM, A. L. C. (1990), *O Desembargo Régio (1320-1433)*, Porto, Centro de História da Universidade do Porto e INIC.
- KRUS, L. (1994), *A Conceção Nobiliárquica do Espaço Ibérico (1280-1380)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e JNICT.
- KRUS, L. (2011), *A Construção do Passado Medieval. Textos Inéditos e Publicados*, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais, FCSH-UNL.
- LOPES, M. G. V. (1994), *A Sátira nos Cancioneiros Medievais Galego-Portugueses*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Editorial Estampa.
- LOPES, S. P. (1997), *O Infante D. Fernando e a Nobreza Fundiária de Serpa e Moura (1453-1470)*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, FCSH-UNL.
- MACIAS, S. A. F. (1995), *O Bairro da Alcáçova de Mértola. Imagens de Um Conjunto Urbano em Finais do Período Islâmico*, 2 vols., Dissertação de Mestrado, Lisboa, FCSH-UNL.
- MACIAS, S. A. F. (2005), *La kura de Beja et le territoire de Mértola entre l'Antiquité Tardive et la Reconquête Chrétienne*, 3 vols., Tese de Doutoramento, Lyon, Université Lumière – Lyon 2.
- MARQUES, A. H. O. (1972), *História de Portugal desde os Tempos mais Antigos até ao Governo do Senhor Marcelo Caetano*, Lisboa, Edições Ágora.
- MARQUES, A. H. O. (1988), “Esboço histórico da historiografia portuguesa”. In *Ensaios de Historiografia Portuguesa*, Lisboa, Palas Editores, 1988, pp. 11-54.
- MARQUES, A. H. O., GONÇALVES, I., ANDRADE, A. (ed.) (1990), *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas (Séculos XII-XV)*, I, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da UNL.
- MARQUES, J. (1988a), *A Arquidiocese de Braga no Século XV*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- MARQUES, M. A. F. (1990), *O Papado e Portugal no Tempo de D. Afonso III. 1245-1279*, Tese de Doutoramento, Coimbra, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.
- MARREIROS, M. R. (1990), *Propriedade Fundiária e Rendas da Coroa no Reinado de D. Dinis. Guimarães*, 2 vols., Tese de Doutoramento, Coimbra, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.
- MARTINS, A. A. (2003), *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa.
- MARTINS, M. G. (2011), *De Ourique a Aljubarrota. A Guerra na Idade Média*, Lisboa, A Esfera dos Livros.
- MARTINS, R. C. (1992), *Património, Parentesco e Poder. O Mosteiro de Semide do Século XII ao Século XV*, Lisboa, Escher.
- MATTOSO, J. (1981), *A Nobreza Medieval Portuguesa. A Família e o Poder*, Lisboa, Editorial Estampa.
- MATTOSO, J. (1982), *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- MATTOSO, J. (1982a), *Ricos-Homens, Infâncias e Cavaleiros. A Nobreza Medieval Portuguesa nos Séculos XI e XII*, Lisboa, Guimarães Editores.
- MATTOSO, J. (1985), *Identificação de Um País. Ensaio sobre as Origens de Portugal (1096-1325)*, I – *Oposição*, II – *Composição*, Lisboa, Editorial Estampa.
- MATTOSO, J. (dir.) (1992-1993), *História de Portugal*, I – *Antes de Portugal*, II – *A Monarquia Feudal*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- MATTOSO, J. (2002), *Obras Completas*, 11, *A Abadia de Pendorada das Origens a 1160*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- MATTOSO, J. (2002a), *Obras Completas*, 12, *O Monaquismo Ibérico e Cluny*, Lisboa, Círculo de Leitores.

- MATTOSO, J. (dir.) (2010), *História da Vida Privada em Portugal, I - A Idade Média*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- MATTOSO, J. (2011), *The Historiography of Medieval Portugal (c. 1950-2010)*, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais.
- MAURÍCIO, M. F. (1997), *Entre Douro e Tâmega e as Inquirições Afonsinas e Dionisinas*, Lisboa, Edições Colibri.
- MEDINA, J. (dir.) (1993), *História de Portugal. Dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias, III – Portugal Medieval*, Amadora, Ediclube.
- MIRANDA, J. C. R. (1993), *A Demanda do Santo Graal e o Ciclo Arturiano da Vulgata*, Tese de Doutoramento, Porto, Faculdade de Letras, Universidade do Porto.
- MIRANDA, M. A. (1996), *A Iluminura Românica em Santa Cruz de Coimbra e Santa Maria de Alcobça. Subsídios para o Estudo da Iluminura em Portugal*, 2 vols., Tese de Doutoramento, Lisboa, FCSH-UNL.
- MONTEIRO, J. G. (1998), *A Guerra em Portugal nos Finais da Idade Média*, Lisboa, Editorial Notícias.
- MORENO, H. B. (1979-1980), *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e Significado Histórico*, 2 vols., Coimbra, Universidade de Coimbra.
- MORUJÃO, M. R. B. (2010), *A Sé de Coimbra: A Instituição e a Chancelaria (1080-1318)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- MOTA, E. P. (1989), *Do Africano ao Príncipe Perfeito: Caminhos na Burocracia Régia*, Dissertação de Mestrado, Porto, Faculdade de Letras, Universidade do Porto.
- NASCIMENTO, A. A., DIOGO, A. D. (1984), *Encadernação Portuguesa Medieval. Alcobça*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- NORTON, M. A. (2004), *A Heráldica em Portugal. Raízes, Simbologias e Expressões Histórico-Culturais*, 2 vols., Lisboa, DisLivro.
- OLIVEIRA, A. R. (1994), *Depois do Espectáculo Trovadoresco. A Estrutura dos Cancioneiros Peninsulares e as Recolhas dos Séculos XIII e XIV*, Lisboa, Edições Colibri.
- OLIVEIRA, L. F. (1999), *A Casa dos Coutinhos: Linhagem, Espaço e Poder (1360-1452)*, Cascais, Patrimonia.
- OLIVEIRA, L. F. (2009), *A Coroa, os Mestres e os Comendadores. As Ordens Militares de Avis e de Santiago (1330-1449)*, Faro, Universidade do Algarve.
- PEREIRA, I. R., COELHO, M. H. C., HOMEM, A. L. C. (1996), *Diplomatique royale portugaise: Alphonse IV (1325-1357)*, separata de *Diplomatique royale du Moyen Âge, XIII<sup>e</sup>-XIV<sup>e</sup> siècles. Actes du colloque*, Porto.
- PEREIRA, M. T. L. (2000), *Alcácer do Sal na Idade Média*, Lisboa, Edições Colibri e Câmara Municipal de Alcácer do Sal.
- PEREIRA, P. (dir.) (1995), *História da Arte Portuguesa, I*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- PERES, D. (dir.) (1928 e ss.), *História de Portugal. Edição Monumental Comemorativa do 8.º Centenário da Fundação da Nacionalidade*, 8 vols. e 2 suplementos, Barcelos, Portucale Editores.
- PIMENTA, M. C. G. (2002), *As Ordens de Avis e de Santiago na Baixa Idade Média*, Palmela, Câmara Municipal de Palmela.
- PINA, I. C. (1998), *A Encosta Ocidental da Serra da Estrela. Um Espaço Rural na Idade Média*, Cascais, Patrimonia.
- PIZARRO, J. A. S. (1995), *Os Patronos do Mosteiro de Grijó (Evolução e Estrutura da Família Nobre – Séculos XI a XIV)*, Ponte do Lima, Ed. Carvalhos de Basto.

- PIZARRO, J. A. S. (1999), *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, 3 vols., Porto, Universidade Moderna.
- PRADALIÉ, G. (1975), *Lisboa, da Reconquista ao Fim do Século XIII*, Lisboa, Palas Editores.
- REAL, M. L. (1982), *O Românico Condal em São Pedro de Rates e as Transformações Beneditinas do Século XII*, Póvoa de Varzim, *Boletim Cultural*, 21.
- REPAS, L. M. (2003), *Quando a Nobreza Traja de Branco. A Comunidade Cisterciense de Arouca durante o Abadejado de D. Luca Rodrigues (1286-1299)*, Leiria, Magno Edições.
- RODRIGUES, A. M. S. A. (1995), *Torres Vedras. A Vila e o Termo nos Finais da Idade Média*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e JNICT.
- ROSA, M. L. (1995), *O Morgadio em Portugal. Séculos XIV-XV. Modelos e Práticas de Comportamento Linhagístico*, Lisboa, Editorial Estampa.
- ROSA, M. L. (2012), *As Almas Herdeiras: Fundação de Capelas Fúnebres e Afirmação da Alma como Sujeito de Direito (Portugal, 1400-1521)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- SÁ-NOGUEIRA, B. (2008), *Tabelionato e Instrumento Público em Portugal. Génese e Implantação (1212-1279)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- SANTOS, M. J. A. (1994), *Da Visigótica à Carolina. A Escrita em Portugal de 882 a 1172: Aspectos Técnicos e Culturais*, Lisboa, JNICT e Fundação Calouste Gulbenkian.
- SANTOS, M. L. F. O. S. (2001), *O Domínio de Santa Maria do Lorvão no Século XIV. Gestão Feminina de um Património Fundiário*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- SARAIVA, J. H. (dir.) (1983), *História de Portugal*, 6 vols., Lisboa, Edições Alfa.
- SEIXAS, M. M. (2011), *Heráldica, Representação do Poder e Memória da Nação*, Lisboa, Universidade Lusíada.
- SÉRGIO, A. (1972), *Breve Interpretação da História de Portugal*, Lisboa, Sá da Costa.
- SERRÃO, J. (1976), *O Carácter Social da Revolução de 1383*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Livros Horizonte.
- SERRÃO, J. (dir.) (1979), *Dicionário de História de Portugal*, 6 vols., Lisboa, Iniciativas Editoriais.
- SERRÃO, J., MARQUES, A. H. O. (dir.) (1987-1993-1996), *Nova História de Portugal*, IV – *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, II – *Das Invasões Germânicas à “Reconquista”*, III – *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*, Lisboa, Editorial Presença.
- SERRÃO, J., MARQUES, A. H. O. (dir.) (1998), *Nova História da Expansão Portuguesa*, II – *A Expansão Quatrocentista*, Lisboa, Editorial Estampa.
- SERRÃO, J. V. (1977), *História de Portugal. Estado, Pátria e Nação (1080-1415)*, Lisboa, Editorial Verbo.
- SILVA, I. M. S. (2002), *A Ordem de Cristo (1417-1521)*, n.º 6 de *Militarium Ordinum Analecta*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida.
- SILVA, J. C. V. (1993), *Paços Medievais Portugueses. Caracterização e Evolução da Habitação Nobre (Século XII a XVI)*, Tese de Doutoramento, Lisboa, FCSH-UNL.
- SILVA, M. S. (1997), *Estruturas Urbanas e Administração Concelhia. Óbidos Medieval*, Cascais, Patrimonia.
- SOUSA, A. (1990), *As Cortes Medievais Portuguesas. 1385-1490*, 2 vols., Porto, INIC.
- SOUSA, B. V. (2000), *Os Pimentéis. Percursos de Uma Linhagem da Nobreza Medieval Portuguesa (Séculos XIII-XIV)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- SOUSA, B. V. (dir.), (2005), *Ordens Religiosas em Portugal. Das Origens a Trento – Guia Histórico*, Lisboa, Livros Horizonte.
- SOUSA, J. S. (1991), *A Casa Senhorial do Infante D. Henrique*, Lisboa, Livros Horizonte.

- TAVARES, M. J. F. (1982-1984), *Os Judeus em Portugal no Século xv*, 2 vols., Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica.
- TAVARES, M. J. F. (1982a), “Judeus e mouros no Portugal dos séculos xiv e xv (tentativa de estudo comparativo)”. *Revista de história Económica e Social*, 9, pp. 75-89.
- TRAVERSO, E. (2012), *L'Histoire comme champ de bataille*, Paris, La Découverte.
- TRINDADE, M. J. L. (1981), *Estudos de História Medieval e Outros*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Cooperativa Editora História Crítica.
- VARANDAS, J. M. H. (2003), *Bonus Rex ou Rex Inutilis. As Periferias e o Centro, Redes de Poder no Reinado de Sancho II (1223-1248)*, Tese de Doutoramento, Lisboa, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
- VASCONCELOS, A. M. P. (2008), *Nobreza e Ordens Militares. Relações Sociais e de Poder. Séculos XIV a XVI*, Tese de Doutoramento, Porto, Faculdade de Letras, Universidade do Porto.
- VELOSO, M. T. N. (1988), *D. Afonso II. Relações de Portugal com a Santa Sé durante o Seu Reinado*, Tese de Doutoramento, Coimbra, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.
- VENTURA, L. (1992), *A Nobreza de Corte de Afonso III*, 2 vols., Tese de Doutoramento, Coimbra, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.
- VENTURA, M. G. (1997), *Igreja e Poder no Século xv. Dinastia de Avis e Liberdades Eclesiásticas (1383-1450)*, Lisboa, Edições Colibri.
- VIANA, M. (1998), *Os Vinhedos Medievais de Santarém*, Cascais, Patrimonia.
- VILAR, H. V. (1999), *As Dimensões de Um Poder: A Diocese de Évora na Idade Média*, Lisboa, Editorial Estampa.

---

Recebido a 27-12-2024. Aceite para publicação a 01-04-2026.

---

SOUSA, B. V. e (2026), “A ‘espantosa realidade’ de uma nova Idade Média”. *Análise Social*, 260, LXI (3.º), e39704. <https://doi.org/10.31447/39704>.

---

Bernardo Vasconcelos e Sousa » [bves@fcs.unl.pt](mailto:bves@fcs.unl.pt) » Instituto de Estudos Medievais – FCSH-UNL » Avenida de Berna, 26 C — 1069-061 Lisboa, Portugal » <https://orcid.org/0009-0006-8521-3612>.

---